

Negociação com credores ainda deixa pendências

WASHINGTON — Os negociadores brasileiros e o comitê dos bancos credores estão anunciando para o fim desta semana o fechamento do acordo que será depois submetido à adesão de todos os 700 bancos credores do país. Nos últimos dias as negociações avançaram em alguns pontos importantes mas outros — como por exemplo a concessão de um empréstimo ponte para o pagamento dos juros de abril, maio e junho sem saque nas reservas brasileiras — ainda estão pendentes. O avanço da semana passada foi possível, principalmente pelo congelamento da URP do funcionalismo público que deu mais confiança aos credores na possibilidade de uma política mais austera de gastos públicos no país. Entre os principais itens já resolvidos ou que ainda permanecem pendentes constam:

Desde o congelamento temporário da URP, três itens importantes das negociações foram finalmente acertados entre o Brasil e os bancos credores.

1. Ocasião em que redução das taxas de risco será aplicada aos dois tipos principais de dívida externa brasileira. Depois de meses de barganha, os dois lados decidiram fazer uma diferenciação entre a dívida contraída diretamente pelo governo federal e por empresas estatais, que gozam de garantia da União, e a dívida privada, contraída por empresas sem qualquer garantia pública. Os bancos concordaram em reduzir as taxas de risco de cerca de 2,5% para 1,125% de cerca da metade da dívida pública mas só a partir de janeiro de 1988. Os outros 50% dessa dívida passarão a gozar da redução até o fim do ano. A dívida privada só se beneficiará da menor taxa de risco a partir do momento em que for vencida e renovada.

2. Reemprestimo ou condições do uso pelos bancos estrangeiros do equivalente a aproximadamente US\$ 20 bilhões de dívida vencida e depositada em cruzados no Banco Central do Brasil na conta de cada um dos 700 bancos credores. Na gíria dos negociadores, o item é chamado de *relending*. Foram estabelecidos tetos mensais e cotas para cada banco a fim de que esse dinheiro seja emprestado apenas gradualmente, a fim de evitar uma expansão repentina do meio circulante e, portanto, da inflação.

3. Ampliação dos prazos de pagamento de 3 para seis meses. Até agora os juros da dívida vencida que está depositada em cruzados no Banco Central são pagos trimestralmente. Segundo o acordo preliminar alcançado nos últimos dias, esses pagamentos passarão a ser semestrais. A dívida ainda a vencer para juros mensais e só passará a ser paga semestralmente à medida que for vencendo e for reescalonada.

A DECIDIR:

1. Garantia do Banco Mundial para uma parcela dos novos empréstimos que serão estendidos pelos bancos credores para refinanciar parte dos juros que vencem este ano. Os credores privados querem que o Banco Mundial garanta cerca de US\$ 100 milhões. O Brasil prefere que em vez disso se faça um financiamento paralelo do Banco Mundial.

2. Vinculação dos desembolsos de US\$ 5,2 bilhões de novos empréstimos, que serão usados pelo Brasil para pagar juros que venceram desde 1987 e vencerão até junho de 1989, a um acordo com o FMI. Os bancos preferem vinculação contratual. O Brasil está disposto a permitir apenas que as datas de desembolso coincidam.

3. Empréstimo ponte. O Brasil não pagou os juros de março mas está disposto a usar suas reservas para fazê-lo, tão logo o texto do acordo seja finalizado, o que deve ocorrer nos próximos dias. Para que os bancos comecem a assinar esse documento, é desejável que o país esteja com os pagamentos de juros em dia. Só quando os 700 credores do país aderirem aos termos do acordo, o chamado "dinheiro novo" será desembolsado. Em abril, maio e junho os pagamentos de juros atingem US\$ 1 bilhão 600 milhões. O governo diz que não quer gastar quase todas as suas reservas para isso. Quer que pelo menos parte substancial desse montante seja refinaciada.